

A REDE POLÍTICA TERRITORIAL DA SOJA EM PEDRO AFONSO (TO)

The territorial political network involving soybeans in Pedro Afonso (TO)

Carlos Alberto Franco da Silvaⁱ
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O estudo em questão objetiva analisar a constituição da rede de interesse ou política que responde pela promoção da soja na localidade de Pedro Afonso, no Tocantins. Atores como Cargill, Bunge, Coapa, Prefeitura, produtores, sindicatos e organização internacional formam uma trama de interesses diversos que convergem para tornar Pedro Afonso na capital da soja do Tocantins.

Palavras-chave: rede política; soja, Pedro Afonso (TO).

Abstract

The purpose of this study is to analyze the constitution of a network of interests or policies that results in the promotion of soybean production in Pedro Afonso, in the state of Tocantins. International and local players, such as Cargill, Bunge, Coapa, the local municipal government, producers, unions and international organizations all weave a blanket of different interests that come together to make Pedro Afonso the soybean capital of the state of Tocantins.

Keywords: political network, soybeans, Pedro Afonso (TO).

INTRODUÇÃO

A lavoura da soja tem sido um dos principais responsáveis pelas transformações socioespaciais em lugares diversos da Amazônia. Dos campos de Roraima, Amazonas, Pará, no interior da floresta, até as áreas de cerrado nas demais regiões do país, a expansão da soja é uma realidade em tensão. Isso porque tal processo resulta em desmatamento, ocupação de áreas degradadas pela pecuária, conflitos de territorialidades entre grupos sociais diversos, subordinação de agricultores aos esquemas de financiamento das corporações, abertura de cidades, e transformações de outras preexistentes. No âmbito desse processo as corporações do agronegócio, tais como Cargill, Bunge, Amaggi, ADM e Dreyfus, jogam um papel importante no fomento à expansão da soja. Para tanto, constituem-se redes políticas territoriais capitaneadas por uma trama de interesses assimétricos, mas convergentes em um ponto fundamental: a garantia de reprodução da lavoura de soja. Logo, prefeitura, cooperativas, sindicatos,

produtores, instituições do governo federal e corporações formam uma rede de interesses cujo impacto se revela na recomposição do território. A fim de verificar tal instância política do agronegócio na Amazônia, este artigo se volta para o estudo da rede política da soja em Pedro Afonso, capital regional da soja, em Tocantins. Não pretendemos tomar análises de realidades singulares para lançar generalizações sobre a temática em tela, mas abrir caminho para uma linha de pesquisa que privilegie as contradições socioespaciais decorrentes da constituição de redes políticas em áreas de domínio da soja na Amazônia brasileira. Para tanto, o artigo é dividido em 3 partes. A primeira apresenta um esforço teórico de entender a noção de rede política territorial sob o prisma da Filosofia e Ciência Política. A segunda parte apresenta a área de estudo. Por fim, a terceira parte desvela a constituição da rede política da soja em Pedro Afonso.

Em termos de metodologia, este estudo se estruturou a partir de trabalho de campo em Pedro Afonso. Foram realizadas entrevistas

com gerentes regionais da CARGILL e BUNGE, em 2008. Além disso, entrevistamos o assessor da Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso- COAPA- (Wanderley de Souza) e representante da Companhia de Produção Agrícola -CAMPO- (Virgílio Amaral), assim como Prefeitura e produtores. Tal estudo é parte integrante de um projeto de pesquisa das redes políticas do agronegócio da soja em localidades da Amazônia, financiado pelo CNPq, através da bolsa produtividade em Pesquisa.

DA FILOSOFIA POLÍTICA À REDE POLÍTICA TERRITORIAL

A filosofia política se inicia com Aristóteles, apesar da importância de Platão e de sua obra *"A República"*. A palavra política é de origem grega: *ta politika*, vinda de *polis*, uma comunidade organizada e formada por cidadãos. Na obra *Política*, Aristóteles afirma que *"o homem, por natureza, é um animal político (isto é, destinado a viver em sociedade). Há uma tendência natural em todos os homens a uma tal associação"* (2007, p.56-7). Assim, a *polis (urbe)* é, em parte um processo biológico, em parte um processo da liberdade humana. Para Aristóteles, o homem não é um animal gregário, mas um *politikon zoon*. Seja como for, a política só nasce quando a *polis* toma consciência de si própria e os homens passam a pensar a *polis* em que viviam como algo que pertencia ao domínio do político, *"isto é como algo que dependia deles"* (WOLFF, 2001, p.8). O terreno do político era pensado a partir de práticas sociais partilhadas, que não deviam ser privilégio exclusivo de ninguém. A política, por outro lado, era o cenário em que se decidia o poder e a autoridade na figura do governante (p.12).

Maquiavel rompe com a tradição de

pensar política como a relação entre o bom governante e seus súditos, que vinha desde Platão. Para Maquiavel, política é a arte de governar conflitos entre quem quer dominar e os que não desejam ser governados. Cabe ao regime político institucionalizar o conflito, de modo a viabilizar o convívio entre grupos conflitantes, visto que a vida social é um campo de forças, que demanda normatização para se equilibrar e prosperar. Assim sendo, Maquiavel, em 1513, colocou o conflito na base política pela primeira vez em sua obra-prima: *"O Príncipe"*. Logo, cabe à política mediar conflitos sociais.

Já Hobbes, na sua obra, *"O Leviatã"*, de 1651, relaciona política à necessidade de um poder absoluto para eliminar os conflitos existentes. Tal poder é constituído a partir da vontade livre de indivíduos livres e iguais; e de comum acordo, ou seja, do consenso. A base do pensamento de Hobbes está em afirmar que o poder político legítimo se institui a partir do consenso, visando realizar o interesse comum de toda a sociedade (REALE, 2003).

O filósofo Friedrich Nietzsche (2007, p.99), por outra via de interpretação, vai afirmar que a gregaridade é o fenômeno determinante da história da humanidade. A comunidade é a condição da vida dos homens, em detrimento da sua individualidade. Assim, historicamente, o interesse comum é anterior ao egoísmo (p.109). Há uma tendência originária para a relação entre os homens, de modo a garantir objetivos comuns. Esse é o ponto de partida de Nietzsche para entender o significado de política. O homem tende a participar de relações comuns por espaço, riqueza e duração, i.e., por reprodução e manutenção de pretensões coletivas. Todavia, vale lembrar que sempre ocorreu haver indivíduos desvinculados de certas redes

comunitárias: são eles que introduzem a diferença e conflitos pela defesa de valores contrários à moral, aos costumes e objetivos de determinado grupo social. As instituições sociais, Estado e igrejas, tendem a negar esses indivíduos (NIETZSCHE, 2007). De qualquer modo, o que vale registrar é que política e interesse são indissociáveis. Em resumo: foram os interesses coletivos de reprodução e sobrevivência que forjaram redes políticas.

Numa primeira e rápida definição, rede política seria uma trama de relacionamentos interdependentes, conectando atores que compartilham interesses e trocam recursos, de modo a atingir objetivos comuns (BORZEL, 2008). Apesar das relações horizontais entre os atores, no âmbito da rede política há relações de poder, que se traduzem numa distribuição assimétrica dos recursos de poder (informação, leis, capital, tecnologia, privilégios, etc) e na representação de interesses. De acordo com Dowling (1995), o poder entre os membros da rede política depende dos outros membros e o tipo de relações entre eles deve anunciar dependência daqueles recursos.

Todavia, uma rede política não nasce só por contrato entre indivíduos; ao contrário, ela assimila e submete os indivíduos isolados a partir da gregaridade. Se a política se institui, normas e estratégias se revelam na trama por interesses comuns. Não há política sem normatização de práticas sociais.

Na acumulação capitalista, é a reprodução do capital que estabelece redes políticas entre diferentes grupos sociais e/ou indivíduos. Assim sendo, diferentes indivíduos e grupos podem ser submetidos ou definirem as redes de interesses inerentes a um padrão de reprodução social qualquer. Enfim, a política reflete e é condicionada por

redes de interesses constitutivas de formas determinadas de reprodução e regulação social.

A partir de ponto de vista da gregaridade, Hannah Arendt (2007, p.21) afirma que *“a política se baseia na pluralidade dos homens”*. No livro *“A condição Humana”*, Arendt (2004) conclui que a política exige a ação e o discurso realizados entre homens em relação aos interesses que lhes são comuns. Logo, a política deve organizar e regular o convívio dos diferentes. A ação política nunca se realiza no isolamento, sempre é uma ação em conjunto, configurando um acordo entre iguais e desiguais. Como dizia Aristóteles, a política é a arte de igualar os desiguais. Assim, a ação política pressupõe a fala, o discurso e a persuasão como forma de lidar com as diferenças existentes entre os homens. A ação política propõe a busca por reconhecimento da própria singularidade, pois, segundo Arendt, é na coragem de aparecer no espaço público que o homem revela quem ele é, e afirma sua identidade¹. Logo, a ação política é a atividade pela qual os homens, apesar das suas diferenças, se comunicam, procuram se entender e se organizar *“para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto ou a partir do caos absoluto das diferenças”* (2004, p.188).

Em linhas gerais, as idéias principais de Hannah Arendt sobre política são, a saber: a) a política trata da convivência entre diferentes; b) os homens realizam política entre seus pares, ou seja, entre as pessoas com as quais compartilham interesses comuns; c) o espaço da política é o espaço público; d) a política implica ação e discurso com vistas à persuasão; e) a política possibilita o advento do novo (CABRAL, 2007, p.73).

O termo Política com P maiúsculo, tal qual Arendt analisa, traduz a busca do bem

comum, isto é, a liberdade. Já política com p minúsculo revela uma trama de relações estratégicas de controle e transformação da sociedade mediante a conquista e o exercício do poder, de modo a satisfazer os interesses particulares dentro de um grupo social. Maquiavel já afirmava que política não diz respeito à justiça, como destacavam Platão e Aristóteles, e sim ao exercício do poder com o propósito de dominar e refrear interesses contrários à comunidade política.

Apesar de Maquiavel destacar a figura do governante, a política busca segurança interna dos membros da rede, mas revela conflitos entre atores para determinação de linhas de conduta (policies) coletivas dentro de um quadro de cooperação-integração reciprocamente reconhecido, e não limitado a um quadro social essencialmente autoritário, que é o Estado, mas a qualquer nível da sociedade (SCHMITTER, 1984, p.29-35). Vale lembrar que, Maquiavel (2008) não se referia ao Estado em sua obra mais famosa, *O Príncipe*, mas a um regime político. Num principado o governante não detém todo o poder político, mas o submete ao jogo de interesses entre atores, já que há os que desejam comandar e os que desejam não ser oprimidos. Nesse jogo político, regras, estratégias e normas são constituídas, de modo que o governante reconheça os interesses em disputa e lidere a ação política, para que não seja destituído do poder.

A partir do momento em que uma sociedade cresce o suficiente para que seus membros necessitem pautar seu comportamento por normas gerais, está-se em face de um embrião de organização política, sendo irrelevante que o chamemos de sociedade civil ou de Estado (FURTADO, 1964, p.37).

De um modo geral, a política, como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligada ao poder. O poder é traduzido por uma rede de interesses que consiste nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem ou como conjunto dos meios que permite alcançar os efeitos desejados.

De acordo com Foucault (1981), o poder circula e só funciona em cadeia, em interligação. Para o autor, o poder não é propriedade de ninguém, mas circula através das relações que se estabelecem entre indivíduos. Isto é, o poder se espalha por toda sociedade². Nessa argumentação o poder se desloca do dualismo marxista entre explorado-explorador. Nesse ponto, Foucault está sinalizando para o fato de as pessoas negociarem relações de poder. De acordo com Foucault (1981, p.142), o poder funciona e se exerce em rede. *“Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão, sempre, em condições de exercer poder e de sofrer a sua ação”*.

Arendt e Foucault consideram as formações sociais instituídas pela ação política, que identifica determinado grupo social e trabalha sobre si mesma, transformando-se temporalmente. Logo, política é também ação histórica (CHAUI, 2007, p.34).

Ao longo de sua constituição, a rede política busca conservar sua identidade e sua unidade num determinado espaço de atuação. Isso significa dizer que a rede política é um espaço de trocas de bens materiais ou simbólicos. Os grupos sociais que dela fazem parte são ligados por sentimento de pertencimento, diferenciando-se internamente e externamente. Assim sendo, a rede política se organiza contra riscos internos (desordens, dissensões, etc) ou ameaças externas

(competição, agressões, etc). Desse modo, o que chamamos de política deve ser reconhecido por meio de normatização (leis, proibições). Enfim, é preciso que haja poder; não basta definir a política. De acordo com Wolff (2007, p.61-3), a política tem duas faces indissociáveis: a comunidade e a instância de poder.

Em outras palavras, podemos afirmar que o homem é um campo de relações entre diferentes, cuja existência requer a criação de regras, acordos e leis que se dão no âmbito da política. No bojo das regras e acordos escamoteiam-se relações de poder, que possibilitam a criação e manutenção de uma determinada ordem territorial, pois é no território que grupos sociais exercem domínio e controle socioespacial. Se o exercício do poder se dá através de redes, por ser relacional, o território anuncia conexões, fluxos. Logo, o poder tem uma concepção relacional e quando ele se transmuta em prática, tem-se o poder político (LIMA, 2005).

Na geografia política, o poder é visto como ato, ação. De acordo com Russell (1979, p.24), *“o poder pode ser definido como a produção de resultados pretendidos”*. É a capacidade de manter decisões e mantê-las na área de interesse de outros. Todavia, conforme Foucault (1999, p.90), *“onde há poder, há resistências”*. Para ele, a resistência já está contida na própria noção de poder. Há forças que desafiam e reconfiguram relações de poder, definindo novas estratégias e normatizações desejadas. Enfim, o poder é um fenômeno instaurador de normas e de capacidade de agir e produzir efeitos (STOPPINO, 1992, p.33).

Logo, é preciso investigar a rede que ele desenha e seus efeitos num território determinado. Nesse caso, os atores políticos

estão conformados em rede, isto é, em redes de poder territorial. Tal poder se revela na disposição de meios para atingir objetivos desejados, que se impõem sobre a vontade de grupos sociais, caracterizando-se por relações assimétricas (LIMA, 2005, p.116).

Tal processo sugere conflitos entre arenas políticas forjadas e controladas por determinados atores com interesses divergentes. Assim sendo, as redes, que Lima (2005) adjetiva de políticas, emergem da dinâmica de um poder territorial. As redes políticas são constituídas por um fluxo significativo de recursos políticos ativados por uma pertinência territorial. Logo, de acordo com a proposição teórica de Lima (2005, p.128), *“rede política territorial é uma estratégia de coordenação de fluxos de comandos e decisões, capaz de formar uma arena política e de lhe conferir visibilidade, requalificando um dado território”*. Vale lembrar que, a política ao possibilitar o novo tem a diferença e a sua repetição como pilares da ação política. Logo, a recomposição do território constitui uma dinâmica de rearticulações contínuas das práticas sociais, o que implica impactos na organização do espaço. Assim definido, a rede política enquanto rede de interesses entre diferentes revela disposições, regulamentos, valores e direção. Quando tais fluxos se encontram dispersos em distintos atores, públicos e privados, as articulações levam à conformação de redes que permitem intercambiar informação, negociar os interesses em jogo; e distribuir benefícios compartilhados por todos, conforme alerta Lechner (1996, p.51).

Constituída a rede política, o poder é, geralmente, controlado por uma parcela da comunidade, mas, de qualquer modo, o poder se afirma e representa um interesse maior dos indivíduos e visa a assegurar a continuidade

da rede como um todo.

Tais considerações se tornam importantes quanto pensamos na análise de um complexo agroindustrial, em que diversos atores com interesses divergentes se articulam em torno de um objetivo comum: viabilizar a (re)produção de um determinado tipo de atividade produtiva. Para tanto, acordos, pressão junto ao Estado, normatização e estratégias se revelam. Vejamos, num quadro sintético, como pensar rede política no âmbito dos complexos agroindustriais brasileiros.

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E REDE POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A agricultura brasileira passou, nas últimas quatro décadas, por intensas transformações socioespaciais, dentre as quais a implantação de complexos agroindustriais em diversas regiões e lugares do país. A noção de complexo agroindustrial já anuncia a constituição de um espaço em rede produtiva, mercantil e financeira. Todavia, a (re)produção de tais espaço não prescinde de redes políticas, formadas por corporações, sindicatos, produtores, centros de pesquisa, prefeituras, cooperativas, governos estadual e federal, etc. A trama de relações constituídas pela rede política promove apropriação e expropriação de terras, subordinação de relações de produção e conflitos de interesses dos grupos aí constituídos, haja vista os projetos políticos distintos. De qualquer modo, apesar dos conflitos, os complexos agroindustriais se estruturam em torno de um interesse maior e coletivo, pelo menos para os indivíduos que deles fazem parte: promover a reprodução ampliada do capital de determinada atividade produtiva.

Vale lembrar que, tais considerações se

situam pela primeira vez articuladas na Dissertação de Mestrado de Luciano Bomfim do Nascimento (2008), "*As redes políticas (territoriais) da Fundação Mato Grosso*", em que o autor apresenta um esforço de articular rede política ao estudo de complexos agroindustriais pela via do território. A leitura da rede política através da trama de interesses, conformando acordos e normatização, apesar de Lima (2005) já ter sinalizado em sua tese de doutorado, ganha, com Nascimento (2008), um quadro inovador para fins de estudos dos complexos agroindustriais em áreas de fronteira agrícola consolidada ou em expansão. Assim sendo, as ideias centrais dessa parte do texto é um esforço de síntese do trabalho desse autor e, em alguns momentos, da obra de Lima. Enfim, tanto Lima (2005) quanto Nascimento (2008) foram decisivos na decisão de investigar as redes políticas do agronegócio da soja na Amazônia.

Isto posto, de um modo geral, os complexos agroindustriais são produto de uma ordem territorial nacional/global, vinculada a uma prática de fragmentação política e estratégica de espaços regionais e/ou locais, através de interesses privados nacionais e internacionais.

Assim sendo, em sua dinâmica socioespacial, os arranjos e tramas políticas dos complexos agroindustriais geram conflitos, já que refletem impactos ambientais, concentração fundiária, sujeição dos produtores aos esquemas de financiamento à produção, em face do padrão produtivo que se instala em determinada área. Além disso, no encontro de culturas diferentes, valores culturais etnocêntricos, a partir da ideologia da modernização, se contrapõem aos das estruturas sócio-culturais preexistentes dos lugares afetados por novas verticalidades e

horizontalidades. As extensões horizontais revelam o cotidiano nas áreas de produção de soja, algodão, milho, etc. As tramas entre produtores, prefeitos, corporações, sindicatos e bancos anunciam o plano das horizontalidades, cuja escala por excelência é o lugar. Porém, há lugares dispersos e integrados em rede, que respondem pela circulação, distribuição, financiamento, consumo, fluxos de regulação e intercâmbio intercapitalista. Esse recorte define as verticalidades, ou seja, a integração dos lugares no espaço de fluxos diversos.

Logo, as redes políticas dos complexos agroindustriais estabelecem horizontalidades e verticalidades, à medida que reforçam uma relação cotidiana das empresas com produtores e políticos enquanto estratégia de eficácia política, e articulam tais lugares em escalas geográficas mais amplas.

Vale destacar que a dinâmica de reprodução dos complexos agroindustriais não só revela as articulações sócio-produtivas, as representações simbólicas contidas no arranjo espacial do sistema de objetos técnicos, mas também as redes políticas que são parte integrante da dinâmica dos agentes responsáveis pelo processo de acumulação de capital. Se a rede política desvela uma instância de poder, tais redes se afirmam na disputa por recursos de poder, tais como controle da tecnologia, finanças, produção e comercialização.

De qualquer modo, apesar das disputas internas e externas, as redes políticas do complexo agroindustrial revelam intermediações de interesses e a captura de diversas instâncias de poder das ações coletivas e individuais localizadas em escalas geográficas distintas. Assim sendo, o que caracteriza tal rede política são a

complementaridade dinâmica e a difusão de formas de poder. A trama de conflitos e interesses coletivos promove mecanismos de integração estratégica especializada das corporações, dos produtores, partidos políticos e de governos e da própria população, já que é importante algum nível de comprometimento territorial com os lugares. A coordenação política da rede ratifica especificidades locais e regionais, reforçando a densidade das conexões e uma recomposição do território sob novas bases de acumulação e regulação.

Em síntese, as redes políticas dos complexos agroindustriais configuram-se territorialmente, se inserindo em arranjos escalares preexistentes e desvelando outros. Tal constituição de escalas é produto de escolhas e ação orientada dos atores. Se a escala é socialmente produzida, existe uma política para a sua produção, conforme assinala Herod (1991, p.82). O resultado de tal política de escala revela a rede política e vice-versa. Isso porque política de escala constitui uma estratégia que articula espaço e poder, ampliando a visibilidade de conflitos territoriais e o jogo de interesses diversos. As decisões políticas são direcionadas a lugares específicos, configurando relações assimétricas articuladas por redes que veiculam ordens e comando decorrentes de políticas de escala (LIMA, 2005).

Em suma, o complexo agroindustrial envolve diversos atores (agricultores, empresários, banqueiros etc) e as alianças por eles estabelecidas, configura, portanto, redes políticas. Mas se as relações são assimétricas, há conflitos entre grupos e atores distintos. Essas disputas criam tensões e formas de organização do espaço. Neste sentido, é na relação entre política (expressão e modo de

controle de interesses coletivos e de conflitos sociais) e o território que se situa o recorte teórico e empírico do estudo em tela: as redes políticas inerente à (re)produção da soja em Pedro Afonso (TO).

Conforme veremos mais adiante, a rede política da soja em Pedro Afonso promove estratégias individuais e coletivas mais inclinadas à busca de recursos de poder, pois são eles que permitem a dominação no encadeamento e coordenação de um ou mais atores. Logo, ocorre uma distribuição dos recursos de poder e intermediação dos objetivos em jogo. Enfim, uma rede política se revela, portanto, pela interação, recursos de poder e representação de interesses, conforme assinala Lechner (1996, p.54). Para ele, as redes políticas são instâncias e procedimentos de coordenação horizontal e descentralizada. Configura-se, portanto, um arranjo, isto é, uma trama traçada por ordens e decisões, na qual atores coletivos e individuais trocam recursos de poder e articulam interesses.

A partir dessas considerações teóricas, o artigo em tela objetiva relevar a rede política (ou de interesses) que está em jogo, ao longo do processo de expansão da lavoura da soja em Pedro Afonso, Tocantins. A escolha de Pedro Afonso se deu pela importância regional na produção de soja e pela arena política que requalificou o espaço produtivo antes dominado por relações sociais em torno da pecuária extensiva. Uma trama de atores projetou as bases para a expansão da soja. CARGILL, BUNGE, Prefeitura, sindicatos, cooperativas e produtores se articulam, apesar das divergências e diferenças, na defesa na produção de soja em Pedro Afonso. Enfim, desvelar essa rede política é o objetivo deste estudo.

APRESENTANDO PEDRO AFONSO (TO)

Pedro Afonso é uma cidade duplamente ribeirinha, situada à margem direita do rio Tocantins, no ponto de sua confluência com o rio Sono. Pertencente ao antigo norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, localiza-se a 173 km ao norte de Palmas, capital do Estado. A origem de Pedro Afonso está ligada à fundação de um aldeamento indígena, sob a direção do missionário capuchinho italiano frei Rafael de Taggia, em 1847.

Desde o século XIX, a cidade de Pedro Afonso tem passado por transformações no seu espaço urbano. De início a localidade surgiu por determinação oficial, por meio de uma resolução imperial, como aldeamento indígena (OLIVEIRA, 2008). Logo depois se transformou em entreposto comercial, mantendo relações comerciais com Pará e Bahia. De um certo modo, Pedro Afonso se beneficiou de duas funções estratégicas: como porto e boca do sertão, representando ligação com sertão. Entre o final do século XIX e início do XX, a cidade de Pedro Afonso foi influenciada pela expansão da exploração da borracha de mangabeira na região norte de Goiás. Tornou-se um ponto importante de ligação entre as regiões Nordeste e o Norte, e um local onde as mercadorias eram acumuladas para o transporte pelo rio Tocantins, até Belém. Em linhas gerais, em 1910, o espaço urbano era organizado da seguinte forma, conforme Francisco Azevedo (1910):

A cidade possui uma praça e quatro ruas principais. O clima é muito saudável e o calor não é aí tão intenso como nas demais povoações à beira do Tocantins. A principal indústria do município consiste na extração da borracha de mangabeira. É avultadíssima a sua riqueza mineral. A

indústria pastoril está bastante desenvolvida e constitui um dos primeiros ramos de negócio (AZEVEDO, 1910, p.176-177).

Ao mesmo tempo em que economia da borracha resultou na expansão da população e do comércio, a instabilidade política e econômica se afirmou no local. De qualquer modo, a cidade se transformou em empório comercial de grande importância (AUDRIN, 1946, p.240). A localização privilegiada, ponto de parada obrigatória e de passagem entre o nordeste e o vale do Araguaia, contribuiu para a densificação de relações mercantis na cidade e sua região de influência. No entanto, a crise da borracha atingiu a cidade, que perdeu a função de entreposto. E assim, Pedro Afonso decadente, viu-se transformada em um pequeno burgo, como tantas outras, da margem do Tocantins (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 266). Logo, na década de 1960, o espaço agrário de Pedro Afonso, a cidade-sede e municípios ao redor se estruturavam em torno da pecuária extensiva.

O ritmo lento do tempo vivido pelos habitantes, até a metade do século XX, e seus costumes diários foram se modificando por rupturas mais bruscas a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília (1960), a criação do Estado do Tocantins (1988), a construção da nova capital (Palmas), e a construção da hidrelétrica do Lajeado (2001). De uma economia baseada na agropecuária extensiva, a integração maior de Pedro Afonso à economia nacional, a partir de 1960, transformou o espaço regional, alterando relações sociais e abrindo caminho para a inserção da localidade no complexo agroindustrial brasileiro, na década de 1980.

Se, de início, Pedro Afonso ficou à margem do impacto da Belém-Brasília, por estar afastada da rodovia, os reflexos da expansão das articulações mercantis e produtivas de Goiás implicavam demandas políticas regionais das elites do norte do estado. A ampliação das desigualdades intra-estaduais foi uma das razões da constituição do Estado do Tocantins, no final da década de 1980. A partir desse contexto sócio-temporal, de uma população predominantemente rural e com uma elite regional pecuarista, Pedro Afonso anuncia avanço da urbanização e urbanidades, que recompõem o território e desvelam novas redes políticas e novo arranjo do espaço produtivo marcado pela projeção da lavoura de grãos. Apesar de a pecuária ocupar maior parte do espaço agrário, a lavoura de grãos é a atividade mais dinâmica. A partir de 1990, Pedro Afonso se tornou o principal pólo agrícola e capital da soja do Tocantins, transformando paisagens e constituindo novas redes de interesses coletivos em torno da expansão da soja. Vejamos como se deu tal processo.

A CONSTITUIÇÃO DA REDE POLÍTICA DO AVANÇO DA SOJA EM PEDRO AFONSO

Em 1982, a implantação do Projeto Formoso-Gurupi visava a constituição de um pólo de agricultura irrigada de arroz, em Goiás. Entretanto, o projeto apresentou desenvolvimento desfavorável, em face do desgaste dos solos, custos de produção e baixa rentabilidade, além da forte presença da pecuária extensiva. Nessa fase, os bancos não estavam autorizados a financiar a soja. Não havia sementes disponíveis. Todavia, houve

um começo da soja em Gurupi, mas não havia mercado e classificação da produção. Assim sendo, de Gurupi, a soja se deslocou para Pedro Afonso.

O plantio de soja se inicia na localidade de Pedro Afonso, em 1992, com a participação de 4 produtores (Silvio Sadre, Sebastião Carvalho, Paolo Mano e José Edgar). A primeira safra em Pedro Afonso foi destinada à União Fabril Exportadora, esmagadora de São Luis (MA). Depois de 3 anos, entraram em cena a corporação do agronegócio CEVAL, CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), CAMPO, Embrapa e PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados).

A expansão da soja no Tocantins demandou uma rede de interesses entre CVRD, Embrapa e CEVAL, no início da década de 1990. A logística representada pela CVRD através da Ferrovia Carajás, cujos trilhos passavam por Açailândia até o porto de Itaqui em São Luis (MA), foi de importância estratégica. O corredor Centro-Norte é composto por dois eixos de integração: 1) rio Tocantins- Ferrovia Norte-Sul- Ferrovia Carajás-Porto de Itaqui (MA); 2) rio Araguaia-trecho da rodovia entre Xambioá até Estreito- Ferrovia Norte-Sul-Ferrovia Carajás-Porto de Itaqui (MA).

Pedro Afonso é área de influência desse corredor ainda em consolidação. A produção é escoada pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, que arrenda um píer no Porto do Itaqui.

A Embrapa teve um papel importante nos estudos sobre variedades de soja em diversos lugares do cerrado. A CEVAL- hoje BUNGE Alimentos- começou a exportador

soja do Tocantins em 1993, dando um estímulo maior ao projeto político de expansão da lavoura de grãos no Estado. Recentemente, a BUNGE instalou um armazém em Gurupi e promete incrementar a produção de soja no Sul do Tocantins. A empresa vai promover o fomento agrícola do grão, oferecendo diversas modalidades de financiamento, além de compra antecipada e futura. Além disso, a BUNGE possui um posto de recebimento de soja em Porto Nacional. Normalmente, os produtores recorrerem às tradings, cujos financiamentos são atrelados ao dólar. Além da variação cambial eles pagam 1,4% de juros ao mês. Quanto mais subir o dólar, melhor para essas operadoras e pior para o produtor.

Enfim, os atores envolvidas na primeira etapa da produção de soja no Tocantins foram a CVRD, CEVAL e Embrapa. Nesse contexto espaço-tempo, inicia-se a difusão da lavoura em Pedro Afonso.

Todavia, a expansão da soja em Pedro Afonso só acontece em 1996, a partir da Companhia de Produção Agrícola (CAMPO), que surge, em 1978, da associação das holdings Brasagro, brasileira e com 51% do capital, e Jadeco, japonesa com 49% do capital. A aliança política entre Brasil e Japão para a produção de grãos no cerrado demandava uma empresa para coordenar os projetos propostos. Logo, a CAMPO se tornou o principal mecanismo de cooperação nipo-brasileira e responsável pela coordenação, planejamento e assistência técnica em cada um dos projetos de implantação do PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1980.

O PRODECER era um programa de cooperação internacional entre Brasil e Japão

financiado pela Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do Estado brasileiro e apoio da iniciativa privada. O objetivo básico era a promoção de assentamento de agricultores com uso de tecnologias no cerrado, a fim de suprir demanda agrícola na divisão internacional do trabalho. A estratégia era de promover excedentes agrícolas, e não necessariamente destinar a produção para o Japão. Assim sendo, mais de 350 mil hectares de cerrado foram incorporados à lavoura de grãos no Tocantins, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia e Maranhão. No total, foram 21 projetos de colonização implantados, com 758 produtores assentados e utilizando técnicas intensivas na organização da produção agrícola.

As áreas escolhidas, chamadas de projeto-piloto, receberam agricultores selecionados pela CAMPO. Os produtores eram ligados às cooperativas agrícolas, geralmente do Sul do país. Logo no início, os produtores assumiam o pacote tecnológico e de comercialização imposto por empresas multinacionais.

O PRODECER se afirmou em etapas. O PRODECER I ocorreu no oeste de Minas Gerais, em 1980, e se expandiu para Goiás, Bahia e Mato Grosso do Sul, a partir de 1987 (PRODECER II). Em 1995, o programa chegou em Tocantins e Maranhão (PRODECER III). Na última etapa do programa, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil (30% do Tesouro Federal e 10% dos agentes financeiros privados). O total de recursos previstos era da ordem de 140 milhões de reais para o Maranhão e Tocantins.

No Tocantins, o projeto inicia em 1996 na região de Pedro Afonso, numa área de 40 mil hectares. A Jica era o agente financeiro, que cobrava juros de 2,7% ao ano aos 40 produtores selecionados para uma área de 20 mil hectares, já que a outra metade se destinava a reserva ambiental. O tamanho dos lotes correspondia mais ou menos 875 hectares. A área plantada era em torno de 480 hectares. A cooperativa responsável pelo projeto era a COOPERSAN (Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda), que passou pela avaliação da CAMPO, Ministério da Agricultura e Banco do Brasil. Todavia, as dificuldades financeiras da cooperativa levaram-na à liquidação, deixando os produtores e as instituições envolvidas no projeto em alerta. Diante deste cenário, os produtores organizaram uma associação para cuidar de seus interesses. Surge, então, a COAPA- Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso, em 1998. Em linhas gerais, a CAMPO coordenava o projeto; a COAPA garantia a sua execução e o Banco do Brasil viabilizava o repasse de recursos financeiros. Hoje em dia a CAMPO só realiza acompanhamento e se localiza na sede da COAPA.

Do total de assentados, há apenas 29 produtores do antigo PRODECER, hoje em dia. A saída dos assentados se deu por conta da falta de capital cultural e da prática de apadriamento. A origem dos produtores se distribuía entre Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

A Jica investiu cerca de 70 milhões de dólares no Tocantins, para fins de aquisição de terras, maquinário, galpões, insumos e oficinas. Com apoio da CAMPO e da Jica, a COAPA mobilizou recursos para a

estruturação do setor de armazenagem, representado antes apenas pela BUNGE. Hoje, o repasse de recursos da Jica para o PRODECER não existe mais, pois o programa foi extinto em 2003.

Em 2009, a COAPA atende 87 cooperados e outros produtores da região de Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Santa Maria, Tocantínia, Campos Lindos, Itacajá, Centenário e Rio dos Bois. A área de atuação abrange cerca de 100 mil hectares. Desse total, 1/3 dos cooperados ainda pertence ao PRODECER e é, em grande parte, inadimplente, pois apesar de os juros cobrados pela Jica fossem os mais baixos do país, as taxas do Banco do Brasil eram altas, o que inviabilizou a manutenção dos pequenos produtores.

102

De qualquer modo, o programa contribuiu para o destaque de Pedro Afonso no cenário nacional, tornando-a “capital da soja do Tocantins”. O município é o sétimo em arrecadação de ICMS. O domínio da soja na paisagem agrícola é notável, pois muitos pecuaristas venderam suas terras para os projetos agropecuários. A pecuária também se beneficiou da modernização da agricultura, sobretudo com a chegada de frigoríficos. O perfil político de Pedro Afonso também mudou, já que os pecuaristas extensivos recuaram e seus filhos se tornaram advogados, engenheiros ou produtores. Todavia, a passagem do pecuarista para a agricultura não é fácil. Há uma resistência cultural e o medo dos riscos que a lavoura implica.

Esse recuo da elite pecuarista e a constituição de uma nova rede de interesse em torno da soja implicam que o poder se espalha

em cadeia. Não há um poder hegemônico de um ator sobre os demais. Na nova arena política instituída, o poder não é propriedade de um único ator, mas circula entre atores demarcados por campos de ação distintos e interesses diversos, que promovem a expansão da soja. Na rede de interesses constituída, a relação entre os atores é muito mais de articulação de objetivos comuns do que imposição de poder. A exceção fica na relação entre produtores e corporações, já que os primeiros dependem dos financiamentos oferecidos pelas empresas. Mas, de qualquer modo, os produtores podem escolher entre Cargill, Bunge, Banco do Brasil ou outro agente financeiro.

Em Pedro Afonso, a moeda política é a soja. Hoje a soja é a principal atividade econômica, pois o custo de produção é baixo, mas a cana de açúcar já aparece, em face do custo-benefício ser maior. A pequena produção é feita por ribeirinhos com plantações de alimentos. Esse é o setor marginalizado e impactado pelas transformações em curso na região.

A COAPA promove “dias de campo” para fins de difusão de tecnologias, as chamadas “jornadas tecnológicas”, que se realizam duas vezes por ano. Com a saída da Jica e o recuo do financiamento do Banco do Brasil, a participação das corporações se afirma. Hoje, 70% dos produtores do Tocantins são financiados via tradings. A COAPA contribuiu no gerenciamento dos recursos repassados pela CARGILL, BUNGE, Multigrain e Agrenco.

A CARGILL oferece crédito individual aos produtores com aval da COAPA, que faz a avaliação do cooperado e/ou produtor. A

renda da COAPA resulta da secagem da soja no seu armazém, do uso do mesmo pela CARGILL, da taxa de comercialização de adubos e do gerenciamento dos financiamentos. A BUNGE não financia mais o produtor. A CARGILL é o mais importante financiador da produção regional. No início da COAPA, a BUNGE não acreditou no projeto, abrindo espaço para a CARGILL.

A COAPA negocia preços de insumos e realiza levantamentos de cooperados e/ou produtores para a CARGILL. As empresas que fornecem insumos são a Trevo e Serrana. Os defensivos são fornecidos pela Syrgenta e Basf, e, por fim, as sementes são da Pioneer. Em 2009, havia 25 produtores cooperados da COAPA ligados a CARGILL através da compra antecipada. De um modo geral, não existe política agrícola em Pedro Afonso que proteja o produtor da subordinação financeira-mercantil junto às corporações CARGILL e BUNGE.

A CARGILL tem projeto de construção de seu próprio armazém em Pedro Afonso, Porto Nacional, Gurupi, Guaraí, Tupirama, Santa Maria, Alvorada e Talismã, que constituem localidades de sua área de atuação. A empresa chegou no Tocantins em 1999, no município de Gurupi, e em 2002 já marcava presença em Pedro Afonso, a fim de aproveitar o potencial produtivo da região e da localização estratégica. A soja produzida é transportada via rodovia e Ferrovia Norte-Sul. O pátio de embarque de grãos fica na cidade de Porto Franco, no sul do Maranhão, que já conta com duas empresas instaladas, BUNGE e a CARGILL, que investiram na construção de armazéns e silos para estocagem e comercialização de grãos. O porto de

embarque de grãos em Porto Franco (MA) é de propriedade da Valec, empresa responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul. Há um porto seco em Porto Franco, que agiliza a burocracia alfandegária. A soja embarcada em Porto Franco segue para Açailândia pela Ferrovia Norte-Sul. A partir daí é transportada nos vagões da Ferrovia de Carajás até o porto de São Luís, de onde é exportada para Europa e Ásia. Há projeto de implantação da hidrovia do Tocantins, que partiria, na primeira etapa, de Miracema do Tocantins até Aguiarnópolis, levando produtos tanto de Miracema quanto de Pedro Afonso, onde serão construídos portos fluviais até a Ferrovia Norte-Sul e daí até o porto de Itaqui.

O diferencial da CARGILL na conquista de espaço de atuação no Tocantins se dá pelo financiamento rápido, aval da COAPA e penhor da safra via CPR (Cédula do Produtor Rural). Tocantins é parte da regionalização da empresa que possui sede em São Paulo e regionais em Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Piauí. A rede de armazéns no Tocantins se distribui pelos municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso (arrendado da COAPA) e Gurupi.

A BUNGE perdeu participação na COAPA, mas tem importância na captação da produção regional. Possui armazéns em Pedro Afonso, Porto Nacional, Guaraí e Campos Lindos. A BUNGE tem alianças com a Du Pont (defensivos), Pionner (Sementes) e Serrana, Manah, IAP e Ouro Verde (Fertilizantes), Mosaic e Syrgenta (adubos e fertilizantes). Além da soja, a BUNGE possui dois projetos de expansão da cana em Pedro Afonso (EIA-RIMA em fase de conclusão). A COAPA tem acompanhado a demanda por novos

empreendimentos rurais em Pedro Afonso, sem o prévio licenciamento ambiental. Essa preocupação se dá em face da quantidade de água utilizada nos projetos de irrigação. Se os projetos da BUNGE forem licenciados primeiro, a empresa pode ser beneficiada na outorga da água em detrimento dos produtores que já atuam na região.

Em resumo, a rede política da soja em Pedro Afonso nasce de um interesse comum, que é promover a expansão da lavoura de soja. Diferentes atores com recursos de poder diversos articulam uma trama de relações estratégicas de estímulo à produção regional. As corporações têm como principais recursos de poder o financiamento e comercialização e distribuição, bem como privilégios dados pela Prefeitura. A COAPA se afirma como principal representante dos interesses dos produtores e corporações. A Prefeitura utiliza o discurso da modernização do município pelo viés da soja, símbolo de uma nova identidade do território. A Embrapa participa com novas pesquisas sobre variedade de soja, i.e., a difusão de tecnologia é seu principal recurso de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista contemporânea, as corporações são agentes extremamente poderosos de reorganização territorial. A busca de lugares e regiões privilegiadas com diferentes processos de trabalho concreto e redes técnica e política está na base da logística das corporações. Logo, localizações e interações definem a escala espacial de atuação da corporação. Tais demandas podem ser verificadas, por exemplo, em Pedro Afonso, área onde este estudo se realizou.

A localização estratégica e instrumentalização do território, para fins de inserção dos lugares nos circuitos produtivo-mercantil-financeiros globais são requisitos básicos à expansão da soja em áreas da Amazônia. Daí a constituição de novos corredores de exportação em direção ao Norte do país.

Além do papel da logística, as corporações agroempresariais organizam o território em rede densa, ramificada, envolvendo localizações em áreas e pontos, tais como lavoura, armazéns, cidades, portos, hidrovias, ferrovias, etc. Tal rede de fixos variados articula atividades múltiplas da corporação e dela com outras tradings. Se pensarmos, no papel da CARGILL, BUNGE, Grupo Amaggi e DREYFUS, tais corporações constituem atores centrais nas transformações de espaços produtivos para a expansão da lavoura de grãos na Amazônia.

Em Pedro Afonso, a participação das corporações na recomposição do território foi notável. O município passou por intensa reestruturação espacial, a partir do recuo da pecuária extensiva e avanço da soja. A presença da BUNGE e CARGILL define áreas de domínio territorial de cada uma delas, mas estratégias comuns, no que diz respeito aos investimentos em logística. As duas empresas articulam em seus territórios a produção regional, que é disputada por ambas. Além disso, formam redes de produtores subordinados, rede de empresas de insumos e fertilizantes, cooperativas agrícolas, prefeituras, armazéns estratégicos e rede logística de transporte. Apesar da competição, CARGILL e BUNGE definem seus territórios a partir de relações diferenciadas com

produtores e alianças com a COAPA. Se a BUNGE chegou primeiro e constituiu seu espaço de atuação através de silos e financiamento aos produtores, a CARGILL afirmou sua liderança no financiamento e alianças políticas com a COAPA. De certa forma, a cidade é o palco das disputas territoriais entre ambas e as marcas de tais práticas se revelam no espaço urbano, constituído por instalações das corporações e redes de relações sociais estabelecidas entre corporações, COAPA, empresas à montante do complexo agroindustrial, prefeitura, bancos e empresas de consultorias.

A busca por recursos de poder acompanha a definição da rede política. A CARGILL visa a consolidar a liderança financeira junto aos produtores. A BUNGE se volta para a cana de açúcar, fechando acordo com a CVRD para o escoamento da produção de álcool de sua usina em Pedro Afonso até o porto de Itaqui (MA). A BUNGE tem planos de expandir a produção de cana por meio de sua unidade de Tocantins. Logo, assim como no caso da soja, o recurso de poder da BUNGE é a antecipação espacial. A COAPA se afirma como ator político junto à Prefeitura e produtores e corporações. O principal recurso de poder de que dispõe é a representação de interesses entre os membros da rede política.

A rede política inerente à expansão da lavoura da soja em Pedro Afonso envolvia, de início, a decisão de 4 produtores e a demanda da União Fabril Exportadora, em. Tal rede se amplia, após 3 anos, com a entrada da CEVAL, CVRD, Embrapa, Prefeitura, CAMPO e o PRODECER. A CVDR estava interessada em potencializar corredor de exportação em direção ao porto de Itaqui. A CEVAL agia no

sentido de uma antecipação espacial frente a outras corporações. A Embrapa promovia novos estudos sobre variedades de soja para as condições do cerrado do Tocantins. A CAMPO se afirmava como instrumento jurídico de cooperação nipo-brasileiro para a efetivação do PRODECER. Assim sendo, até 1998, a CAMPO respondia pela coordenação de fluxos de decisão sobre planejamento e assistência ao PRODECER. Em torno desses interesses diversos estava a expansão da lavoura da soja e a recomposição do território de Pedro Afonso em outras bases de organização produtiva e política.

A partir da extinção do PRODECER e da menor importância da CAMPO, a COAPA passou a centralizar as estratégias de assistência aos produtores, coordenação dos fluxos de inovação, repasse de recursos à lavoura e as relações com a CARGILL e BUNGE.

Se a política se manifesta nas relações entre diferentes atores com interesses diversos, eles compartilham a intenção de garantir a reprodução ampliada da acumulação capitalista sob o signo da lavoura de soja. Sendo uma política com P minúsculo, as relações sociais desvelam o exercício do poder e conflitos entre atores. Assim sendo, CARGILL e BUNGE competem por área de influência e subordinação de produtores aos esquemas de financiamento da produção de grãos. A trama de relações entre COAPA e CARGILL reduz a participação da BUNGE no controle da produção regional de soja.

Se o poder se define pelo resultado pretendido, a rede política em torno da soja ativa pontos do território em que a associação CARGILL-COAPA mantém decisões

estratégicas de controle da produção na área de interesse na BUNGE. Logo, há forças se desafiando e reconfigurando relações de poder, em face da maior visibilidade da trama política da CARGILL, que envolve a Prefeitura, os produtores e a cooperativa. Em suma: a política para a CARGILL significa maior participação na rede interesses, ou seja, maior poder e maior influência na reprodução do capital regional. Assim sendo, apesar de um interesse coletivo (expansão da soja), a rede política define conflito entre atores na determinação de estratégias individuais de competição que sinalizam relações de poder definidoras e mantenedoras de uma certa “ordem” territorial.

Desse modo, a análise da rede política em tela trata de cruzar práticas de modo a situá-la no âmbito das relações de poder. CARGILL e BUNGE definem diferentes privilégios, diferença econômica na apropriação da riqueza e diferença de lugar no processo produtivo de Pedro Afonso. O objetivo de suas ações sobre produtores, cooperativa e sindicatos é estabelecer mecanismos de controle da produção regional de soja. No embate entre essas corporações temos um campo de possibilidade em que diversas condutas podem acontecer, tais como resistência de ambientalistas, pequenos produtores, etc.

Ao afirmar as divergências e disjunções entre atores constitutivos da rede de interesses, o estudo aponta a política como determinante de processos de diferenciação de estruturas sócio-produtivas. A diferença não só divide, como também reúne, articula e introduz o novo. O diverso - o espaço da soja - é o dado, mas a política (ação diferencial) contribuiu

para que o espaço preexistente fosse alterado. A diferença é algo que se revela quando uma nova política (interesses coletivos) entra numa relação com o espaço preexistente e o altera. Ou seja, dado o interesse comum em torno da soja, a ação política, que possibilita o advento do novo, o diferencial- reúne atores e práticas diversos, de modo a recompor e determinar uma rede política singular em Pedro Afonso, tal qual a desvelada, em parte, neste estudo.

NOTAS

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: carlosfds@terra.com.br.

¹ Vale apenas lembrar que, para Arendt (2004,p.59), o termo público define “*tudo que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos*”. Além disso, “*público significa o que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele*”.

² Karl Marx e Max Weber, ao contrário de Foucault, pensavam o poder a partir da divisão social e dos conflitos inerentes à sua dinâmica. Marilena Chauí destaca a ausência das condições materiais da sociedade sob o modo de produção capitalista na análise de Foucault sobre o biopoder e biopolítica (2007,p.33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDRT, Hannah. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- AUDRIN, J. Maria. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.
- AZEVEDO, Francisco F. dos Santos. (org.) *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz, para 1910*. Uberaba: Ed. Proprietária, 1910.
- ARISTOTÉLES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BÖRZEL, Tanja A. Organizando Babel: rede de políticas públicas. In: DUARTE, Fábio e

- SOUZA, Queila (Orgs.). *O tempo das redes*. São paulo: perspectiva, 2008, p.217-256.
- CABRAL, Juliana Leite Ferreira. *A re-significação da política: um diálogo entre Hannah Arendt e os movimentos sociais*. Dissertação Programa Pós-Graduação em Direito. Curitiba:UFPR, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. O que é política? In: Novaes, Adauto (org.). *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, pg.27-54.
- DOWDING, K. Model or metaphor: A critical review of the policy network approach. In *Potical Studies*, XLIII, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro:Graal, 1981.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FURTADO, Celso. *A dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro:Fondo de Cultura, 1964.
- LECHNER, N. Reforma do Estado e condução política. In: *Revista Lua Nova*, n.37. São Paulo:CEDEC, 1996.
- LIMA, Ivaldo. *Redes Políticas e Recomposição do território*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói:UFF, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo:Escala, 2008.
- MIRANDA, Ana Brito. *História de Pedro Afonso*. Goiânia: Oriente, 1973.
- NASCIMENTO, Luciano Bonfim. *As redes políticas (territoriais) da Fundação Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio de Janeiro:UFF/PPGEO, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre Política: as ideologias e o aristocratismo*. São Paulo: Loyola, 2007.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. Portos do Sertão: identidades e fronteiras nas margens do Tocantins. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 2008.
- REALE, Giovanni. *História da Filosofia: do humanismo a Kant*. São Paulo:Paulus, 2003.
- RUSSEL, L. *O poder*. Rio de Janeiro:Zahar, 1979.
- SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. In: BOBBIO, Norberto. *Curso de Introdução à Ciência Política*. Brasília:UNB, 1984, p.29-35.
- STOPPINO, M. Poder. In: Bobbio, N. et alli. *Dicionário de política*, Vol.2. Brasília:UNB, 1992.
- VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina V. *A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- WOLFF, Francis. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas. In: Novaes, Adauto (org.). *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, pg.55-82.
- WOLFF, Francis. *Aristóteles e a Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.